

## Sarney tentou punir Bisol e limitar CPI

Quinta-feira, 2 de dezembro, 17h. Uma parte da bancada do PMDB no Senado está reunida no gabinete do líder do partido, senador Mauro Benevides, com a presença de alguns deputados. Participam da reunião, entre outros, o senador Gilberto Miranda, o *anão* Cid Carvalho e o senador José Sarney.

O senador Benevides convoca por telefone o líder do governo no Senado, senador Pedro Simon, que também é do PMDB. Ele chega às 17h15 e lhe avisam logo: "O ambiente aqui está carregadíssimo."

Era, de fato, um momento de grande tensão do Congresso. Com base nos 40 quilos de documentos apreendidos na casa de um diretor da Odebrecht, o senador José Paulo Bisol anunciara o desmantelamento de uma fantástica rede de corrupção, unindo numa só quadrilha de assalto ao dinheiro público as empreiteiras e uma centena de deputados e senadores. Tão grave era a descoberta que, antes de abrir as suas revelações para a CPI do Orçamento, levou-as ao presidente da República, na mesma hora em que o deputado Aloizio Mercadante também dava ciência delas ao ministro do Exército.

As instituições não se abalaram tanto quanto subiu a adrenalina dos políticos. Houve exagero do senador Bisol. Havia, sim, uma lista nova vinculando nomes de parlamentares a supostos percentuais de propinas. E uma descrição detalhada de como a Odebrecht organizou o seu conluio com os políticos. É um material precioso para completar o desenho do pantanal de culpas em que se transformou a relação entre empresários e políticos em Brasília.

Mas o senador Bisol se enganou em dois detalhes: não existe a *holding* da corrupção que descreveu, nem há tanta gente assim comprometida pelos documentos. Como quem deve teme, a reunião de quinta-feira, às 17h, no gabinete do senador Mauro Benevides, mostrava os nervos à flor da pele.

Nessa reunião, os senadores do PMDB queriam esganar o senador Bisol. Estavam dispostos a partir para cima dele, de qualquer maneira. O senador José Sarney, que se gaba de seu equilíbrio, era um dos mais exaltados, como, aliás, tem ocorrido com muita frequência, nas reuniões de que participa.

Com o Regimento à mão, brandindo-o, Sarney propôs a punição do senador Bisol por falta de decoro parlamentar. Pelo regimento, punição a senador ou a deputado vai de advertência a cassação de mandato.

O argumento usado por essa assembléia de senadores era o de que Bisol fizera o seu relatório apenas com o deputado Aloizio Mercadante, e não em conjunto com os três integrantes da subcomissão designada pelo

presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, para examinar os documentos da Odebrecht. Logo, diziam, o relatório de Bisol não tinha nenhum valor jurídico — como se não fosse apenas um relato dos documentos examinados.

O fato mais grave que pesava contra Bisol, porém, foi a sua iniciativa de sair anunciando o envolvimento de meio mundo com o esquema de corrupção da Odebrecht. Bisol, pessoalmente, não fornecia nomes. Mas os nomes circularam, e Bisol levou a culpa. Foi xingado por todo canto, no Congresso. Numa casa acostumada a diálogos, a acordos ou conchavos, Bisol havia rompido uma tradição. Antes de divulgar os nomes dos parlamentares suspeitos, era preciso primeiro convocá-los a dar explicações.

Quem salvou Bisol de uma investida violenta do PMDB, o maior partido no Congresso e o mais atingido pelos respingos de lama da corrupção, foi o senador Pedro Simon. Ele ponderou que se prosperasse uma investida contra Bisol todos ali passariam a ser réus, pois a opinião pública ficaria ao lado de Bisol.

O senador José Sarney estava impacientíssimo. Um dos senadores presentes a essa reunião lembra que na época em que era presidente Sarney vivia em constante tensão. Mas, em nome da dignidade do cargo, continha suas emoções. Até pouco tempo atrás, vivia feliz da vida, rindo, brincando. Diziam que ele estava com tanto prestígio que poderia candidatar-se até a secretário-geral da ONU. As pesquisas de opinião pública e a idéia de voltar à Presidência, sempre negada publicamente, subiram à sua cabeça. Fez acordos com Orestes Quércia, tinha um pé ora no PMDB, ora no PFL. Agora, com os escândalos de corrupção, Sarney parece mais tenso do que na época em que era presidente.

Nas reuniões, fala alto, bate na mesa, explode, fica histérico. Com esse ar de indignação, o senador propôs também aos senadores do PMDB que fossem impostos à CPI os limites definidos na hora de sua constituição. A CPI deveria restringir-se a apurar irregularidades relacionadas com o Orçamento, e nada mais.

Assim, Sarney defendeu que a papelada da Odebrecht não fosse apreciada pela CPI, mas encaminhada à Procuradoria Geral da República. Mesmo que o senador Sarney invoque espírito público para sugerir um encaminhamento jurídico que considera mais adequado para as denúncias, não tem como fugir da constatação de que um espírito privado o inspirou nessa sugestão: os documentos da Odebrecht citam dois filhos do ex-presidente, os deputados Sarney Filho e Roseana Sarney, e mais alguns parlamentares do esquema político da família Sarney.